Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018

KPDS 765145

Positivo Educacional Ltda.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	12.421	9.383	13.434	9.559
Contas a receber de clientes	11	9.243	7.882	12.994	9.642
Estoques	12	2.734	1.533	3.381	1.895
Impostos a recuperar		518	403	802	633
IRPJ e CSLL a recuperar		2.795	1.947	2.795	1.947
Créditos diversos		3.566	2.118	5.358	2.445
		31.277	23.266	38.764	26.121
Não circulante					
Créditos diversos		10	10	10	10
Depósitos judiciais		861	959	888	974
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	2.918	2.228	3.535	2.987
Investimentos	14	58.016	28.113	-	-
Imobilizado	15	166.583	22.064	191.518	28.439
Intangível	16	7.520	1.157	55.758	22.620
		235.908	54.531	251.709	55.030
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		267.185	77.797	290.473	81.151

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante					
Fornecedores		8.561	4.757	10.177	5.556
Empréstimos e financiamentos	17	-	10.017	180	10.017
Salários, provisões e contribuições sociais	18	14.461	9.776	16.023	10.580
Impostos a recolher	19	3.892	2.275	4.402	2.440
Adiantamento de clientes	21	13.457	10.712	15.877	11.419
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		1.443	-	1.443	-
Arrendamento mercantil	31	6.329	-	7.720	-
IRPJ e CSLL a recolher		-	-	139	-
Outras obrigações	22	3.248	807	3.496	881
		51.391	38.344	59.457	40.893
Não circulante					
Partes relacionadas		2.272	2.272	2.272	2.272
Empréstimos e financiamentos	17	-	-	375	-
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	23	2.848	4.346	3.017	4.374
Outras obrigações	22	17.154	3.218	17.154	3.218
Arrendamento mercantil	31	82.447	-	96.258	-
Impostos a recolher	19	592	439	1.459	1.216
Adiantamento de clientes		698	1.020	698	1.020
		106.011	11.295	121.233	12.100
Patrimônio líquido					
Capital social	24	101.567	35.089	101.567	35.089
Adiantamento para futuro aumento de Capital		10.000	-	10.000	-
Prejuízos acumulados		(1.784)	(6.931)	(1.784)	(6.931)
		109.783	28.158	109.783	28.158
		267.185	77.797	290.473	81.151

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Receita líquida de serviços prestados	25	205.102	133.100	230.427	150.262
Custo dos serviços prestados	26	(98.637)	(68.215)	(107.187)	(75.211)
Lucro bruto		106.465	64.885	123.240	75.051
Receitas (despesas) operacionais					
Comerciais	26	(6.376)	(4.067)	(8.108)	(4.872)
Gerais e administrativas	26	(75.906)	(58.610)	(88.974)	(66.960)
Perda no valor recuperável de contas a receber e ativos de contrato	26	(10.088)	(2.766)	(10.088)	(2.766)
Outras receitas operacionais, líquidas		292	303	313	341
Lucro (prejuízo) antes da equivalência patrimonial, resultado financeiro e impostos		14.387	(255)	16.383	794
Resultado de equivalência patrimonial	14	339	1.690	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		14.726	1.435	16.383	794
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	3.405	2.636	3.773	2.892
Despesas financeiras	27	(10.770)	(1.053)	(11.658)	(1.181)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.361	3.018	8.498	2.505
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	13.b	(2.904)	(29)	(3.898)	(340)
Diferido	13.b	690	(413)	547	411
Lucro líquido do exercício		5.147	2.576	5.147	2.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.147	2.576	5.147	2.576
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	5.147	2.576	5.147	2.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	Nota	Capital social	o para futuro capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017		15.724	5.994	(9.507)	12.211
Cisão do Colégio Internacional do Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda		1.872	-	-	1.872
Aumento de capital		17.493	(5.994)	-	11.499
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	2.576	2.576
Saldos em 31 de dezembro de 2018		35.089	-	(6.931)	28.158
Aumento de capital		66.478	10.000	-	76.478
Lucro líquido do exercício		-	-	5.147	5.147
Saldos em 31 de dezembro de 2019		101.567	10.000	(1.784)	109.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Positivo Educacional Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais - R$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Fluxos de caixa de atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.147	2.576	5.147	2.576
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	11.278	1.928	13.208	2.446
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.089	2.496	10.922	2.883
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(1.498)	(6)	(1.357)	22
Provisão de juros sobre arrendamentos	6.224	-	7.119	-
Juros e variação cambial, líquidos	119	17	136	17
Custo residual baixado de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	246	-
Resultado da equivalência patrimonial	(339)	(1.690)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	2.214	442	2.357	(71)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes (terceiros e partes relacionadas)	(11.450)	(319)	(14.274)	(1.655)
Estoque	(1.201)	(1.533)	(1.486)	(1.895)
Impostos a recuperar	(193)	1.362	542	1.662
Créditos diversos	(1.198)	712	(2.827)	812
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores (terceiros e partes relacionadas)	3.804	(6.826)	4.621	(6.887)
Salários, provisões e contribuições sociais	4.685	1.499	5.443	1.451
Impostos a recolher	1.770	488	2.204	(212)
Outras obrigações	2.743	2.677	4.630	3.084
	32.194	3.823	36.631	4.233
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.674)	(1.954)	(4.324)	(2.747)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	28.520	1.869	32.307	1.486
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Aumento de capital nas investidas	(711)	(2.096)	-	-
Aquisição das empresas	(11.505)	(11.945)	(9.364)	(11.945)
Aquisição de imobilizado	(59.504)	(8.727)	(63.919)	(10.403)
Adições ao intangível	(6.444)	(1.097)	(6.444)	(1.097)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(78.164)	(23.865)	(79.727)	(23.445)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.000	-	10.000	-
Pagamento de empréstimos	(76.614)	-	(76.770)	-
Pagamento de arrendamentos	(13.660)	-	(15.585)	-
Captação de empréstimos	66.478	10.000	67.172	10.000
Aumento de capital	66.478	11.499	66.478	11.499
Outros passivos financeiros - partes relacionadas	-	(91)	-	(91)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	52.682	21.408	51.295	21.408
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.038	(588)	3.875	(551)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.383	9.971	9.559	10.110
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	12.421	9.383	13.434	9.559
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	3.038	(588)	3.875	(551)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto quando especificamente indicado)

1 Contexto operacional

A Positivo Educacional Ltda. ("PE" ou "Empresa") é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na Rua Cândido Hartmann, 1.400, na cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, constituída inicialmente com a razão social de Positivo Alimentos Ltda. em 15 de janeiro de 1998.

A Empresa atualmente possui as suas operações distribuídas em dois ramos:

- Escolas: corresponde à educação infantil, ensino fundamental e médio.
- Cursos: corresponde aos cursos preparatórios pré-vestibulares.

a. Aquisição de controladas e outros investimentos

Em 1º de julho de 2016, a Positivo Educacional Ltda. obteve o controle total das empresas Sociedade Educacional Posiville Ltda.**,** Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME e Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME.

As atividades das empresas consolidadas estão descritas a seguir:

Sociedade Educacional Posiville Ltda. ("Posiville")
A Sociedade Educacional Posiville Ltda. é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, constituída em 5 de setembro de 1990.

Tem por objeto social as atividades relacionadas ao segmento de ensino básico, representada pelos colégios e curso pré-vestibulares próprios.

Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME ("Opção Única")
O Centro Educacional Opção Única Ltda. - ME. é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, constituída em 18 de abril de 2004.

Tem por objeto social as atividades relacionadas ao segmento de cursos pré-vestibulares próprios, cursos livres, comercialização de material didático, apostilas, uniformes e cantinas.

Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME ("Maria Pimenta")
O Restaurante Maria Pimenta Ltda. - ME é uma sociedade por quotas com responsabilidade limitada, registrada na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, constituída em 1 de julho de 2000.

Tem por objeto social as atividades relacionadas ao ramo de restaurante.

Participações societárias

A participação societária nas empresas controladas, mencionados acima é a seguinte:

	Sociedade Educacional Posiville Ltda.	Centro Educacional Opção Única Ltda.	Restaurante Maria Pimenta Ltda.
Positivo Educacional Ltda.	100%	100%	100%
	100,00%	100,00%	100,00%

Em 1º de outubro de 2019, a Empresa adquiriu o controle das empresas Sociedade de Ensino Semeador Ltda. e Colégio JK Foz do Iguaçu Eireli, ambas localizadas na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, pelo montante de R$ 10.000. As atividades das empresas adquiridas estão descritas a seguir:

Sociedade de Ensino Semeador Ltda. ("Semeador")

É uma sociedade empresária de capital fechado, registrada na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, constituída em 2016, tendo como objeto social comércio varejista de materiais escolares, comércio varejista de uniformes escolares, cantina, lanchonete, eventos culturais e artísticos.

Colégio JK Foz do Iguaçu Eireli ("JK")

É uma sociedade empresária de capital fechado, registrada na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, constituída em 2016, tendo como objeto social educação infantil e creche, educação infantil pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional de nível técnico, cursos ligados à arte e a cultura e cursos preparatórios para concursos e cursos pré-vestibulares.

Em 11 de outubro de 2019, a Empresa adquiriu o controle das empresas Centro Educacional Growing Ltda., Centro Educacional Passo Certo Ltda. e Growing Cafeteria Cultural Ltda., ambas localizadas na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, pelo montante de R$ 15.150. As atividades das empresas adquiridas estão descritas a seguir:

Centro Educacional Growing Ltda. ("Growing")

É uma sociedade empresária de capital fechado, registrada na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, constituída em 2011, tendo como objeto social ensino fundamental bilíngue.

Centro Educacional Passo Certo Ltda ("Passo Certo").

É uma sociedade empresária de capital fechado, registrada na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, constituída em 1998, tendo como objeto social educação pré-escolar, educação infantil (creche e pré-escola), ensino de idiomas e serviços de alimentação.

Growing Cafeteria Cultural Ltda. ("Growing Café")

É uma sociedade empresária de capital fechado, registrada na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná, constituída em 2016, tendo como objeto social serviços extracurriculares, alimentação, comércio de material escolar e atividades diversas (esportivas, culturais e robótica).

Em 1º de janeiro de 2018, a Positivo Educacional Ltda. adquiriu os negócios do Colégio Santa Maria, conforme contrato de compra e venda de ativos e outras avenças, celebrado entre a Empresa e a Congregaçação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria Província Brasileira. A aquisição do negócio foi sem qualquer transferência de participações societárias.

Em 30 de agosto de 2018, a Positivo Educacional Ltda. adquiriu os negócios da Escola Girassol, Colégio Neomaster e Curso Promaster, conforme contrato de compra e venda de estabelecimento (trepasse) e outras avenças, celebrado entre a Empresa e a Fundação de Estudos Sociais do Paraná – FESP. As aquisições dos negócios foram sem qualquer transferência de participações societárias ou sucessão de responsabilidade inerentes às entidades das filiais, tratando-se de contrato de trespasse dos estabelecimentos.

As atividades dos negócios consolidados estão descritos a seguir:

Colégio Santa Maria ("Santa Maria")
O Colégio Santa Maria, registrado na cidade de Londrina, no Estado do Paraná, constituído em 9 de julho de 1961, anteriormente denominado "Escola Berlaar Santa Maria", tem por objeto social a prestação de serviços educacionais no âmbito de ensino infantil e fundamental I e II.

Escola Girassol ("Girassol")
A Escola Girassol, registrada na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, constituída em 14 de outubro de 2015, anteriormente denominado "Jardim de Infância Girassol", tem por objeto social a prestação de serviços educacionais no âmbito de ensino infantil.

Colégio Neomaster ("Neomaster")
O Colégio Neomaster, registrado na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, constituído em 14 de outubro de 2015, tem por objeto social a prestação de serviços educacionais no âmbito de ensino fundamental e médio.

Curso Promaster ("Promaster")
O Curso Promaster, registrado na cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, constituído em 14 de outubro de 2015, anteriormente denominado "Cursinho Promaster", tem por objeto social a prestação de serviços educacionais no âmbito de ensino médio, ensino profissional de nível técnico e cursos pré-vestivulares.

Em 11 de outubro de 2019, por meio do leilão de massa falida, a Empresa adquiriu dois estabelecimentos do Colégio Expoente, localizados na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, pelo no montante de R$ 58.828, que passarão a ser controlados pela Empresa a partir de 1º de janeiro de 2020. São atividades desses estabelecimentos o ensino infantil até o ensino médio.

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição.

	Semeador	JK	Growing	Passo Certo	Growinf Café
Caixa e equivalentes de caixa	74	63	146	274	51
Contas a receber de clientes	462	478	9	121	59
Imobilizado	1.469	102	836	7.752	35
Outros ativos (circulante e não circulante)	775	17	275	232	243
Fornecedores e outras contas a pagar	(181)	(3)	(12)	(154)	-
Impostos a recolher	(193)	(53)	(29)	(86)	(29)
Empréstimos e financiamentos	(694)	-	-	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais	(658)	(121)	(42)	(146)	(30)
Arrendamento mercantil	-	-	(812)	(7.293)	-
Outros passivos (circulante e não circulante)	(359)	(19)	(94)	(198)	(46)
Total dos ativos/(passivos) identificáveis, líquido	695	464	277	502	283

c. Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada/negócio adquirido. O ágio de aquisições de controladas/negócios é registrado como "Investimento" nas demonstrações financeiras individuais e como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio reconhecido como resultado da aquisição de controladas foi determinado conforme segue:

	Colégios Joinville(a)	Colégios Londrina(b)	Colégios Boa Vista e Agua Verde(c)	Colégios Ponta Grossa(d)	Colégios Foz do Iguaçu(e)	Colégios Cascavel(f)	Total
Contraprestação transferida	6.246	770	12.049	12.190	3.633	8.962	43.850
Valor justo dos ativos/passivos líquidos identificáveis	3.183	-	-	(1.015)	1.159	1.062	4.389
Ágio	9.429	770	12.049	11.175	4.792	10.024	48.239

a) Colégios Joinville – representam as empresa Posiville, Opção Única e Maria Pimenta.
b) Colégios Londrina – representa o colégio Santa Maria.
c) Colégios Boa Vista e Agua Verde - representam os colégios adiquiridos do Expoente.
d) Colégios Ponta Grossa – representam os colégios Girassol, Neomaster e Promaster.
e) Colégios Foz do Iguaçu - representam as empresas Semeador e JK.
f) Colégios Cascavel - representam as empresas Growing, Passo Certo e Growing Café

2 Reestruturação societária - cisão

a. Operação

O Grupo Positivo passou por uma reestruturação societária em 1º de dezembro de 2018, onde foi segregado o Colégio Internacional do Centro de Estudos Superiores Positivo para a Positivo Educacional Ltda.

b. Justificativa da reestruturação societária

Conforme instrumento de justificação e protocolo de cisão parcial com incorporação da parcela cindida do Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. pela Positivo Educacional Ltda, é de interesse das empresas envolvidas promoverem uma reestruturação no Grupo Positivo, segregando do Centro de Estudos Superiores Positivo o ensino infantil e fundamental, com a intensão de adequar seus negócios às novas realidades do mercado e melhorar a organização de seus negócios de acordo com os segmentos de atuação.

c. Alterações societárias - cisão parcial

Por meio da 23º alteração contratual ocorrida em 1º de dezembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da empresa Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. com incorporação da parcela cindida pela Positivo Educacional Ltda. referente ao Colégio Positivo Internacional.

Importante frisar que ambas as empresas possuem os mesmos sócios, e estes sócios detém os mesmos percentuais em ambas as sociedades, razão pela qual o aumento de capital e quotas da Positivo Educacional Ltda., via incorporação do acervo cindido, não implicou no ingresso de novos sócios na Empresa.

d. Acervo líquido cindido

A tabela abaixo resume o valor de acervo líquido cindido da empresa Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. e incorporado pela Positivo Educacional Ltda. em 31 de novembro de 2018:

	Valor Contábil
Imobilizado	1.866
Intangível	6
	1.872

O acervo líquido contábil decorrente deste processo de cisão está distribuído nas seguintes rubricas contábeis:

	Valor Contábil
Capital Social	1.872
	1.872

O processo de cisão demonstrado acima não impactou nos valores apresentados na demonstração dos fluxos de caixa no período, pois corresponde a transações que não impactam caixa.

e. Mensuração do valor

Conforme consta no laudo de avaliação de determinados ativos e passivos para fins de cisão parcial da Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda, datado de 1º de dezembro de 2018, elaborado pelos peritos avaliadores Marcos de Bem Guazzelli, Nara Poliana de Proença e Priscila de Jesus Dellaqua, a avaliação de determinados ativos e passivos da empresa Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. que serão cindidos e transferidos a título de reorganização societária para a Positivo Educacional Ltda. foi efetuada aplicando-se a metodologia contábil, ou seja, com fundamento nos valores constantes dos registros contábeis dos itens avaliados, com base nos saldos contábeis em 30 de novembro de 2018.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 8 de janeiro de 2021. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Empresa no qual o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco

significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 11** - determinação da perda no valor recuperável de contas a receber;
- **Nota explicativa 13** - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Notas explicativas 15 e 16** - determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível e teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 28** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

6 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1° de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17 - Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47 / IFRS 15, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

O CPC 47 / IFRS 15 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

A principal receita da Empresa é representada pela prestação de serviços de ensino (escolas e cursos), sendo que a obrigação de desempenho é cumprida quando da prestação dos serviços aos alunos com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão do serviço é

avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos, transferindo naquele momento o controle dos serviços.

Desta forma, observando o previsto no CPC 47 / IFRS 15, não há impacto da nova norma nas operações da Empresa, e por este motivo não se faz necessário qualquer alteração da forma de reconhecimento de receita da Empresa.

O quadro com a abertura da Receita líquida de vendas e atendimento ao CPC 47 / IFRS 15 está apresentada na nota explicativa 25.

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros
O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48 / IFRS 9, a Empresa adotou as alterações consequentes ao CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado. Anteriormente, a abordagem da Empresa era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em "despesas comerciais". Consequentemente, a Empresa reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R$ 869 e R$ 1.282, na controladora e no consolidado respectivamente, reconhecidas pelo CPC 38, de "despesas comerciais" para "perda no valor recuperável de contas a receber" na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(i) ***Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros***
O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo por meio do resultado abrangente) e VJR (valor justo por meio do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 / IFRS 9 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Empresa relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018.

Em milhares de Reais	**Classificação original de acordo com o CPC 38**	**Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9**
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Fornecedores e outras obrigações	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado

(ii) ***Impairment de ativos financeiros***

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de 'perdas incorridas' por um modelo de 'perdas de crédito esperadas'. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

A metodologia prevista no CPC 48 / IFRS 9 é aplicável, principalmente, para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 aumentem e tornem-se mais voláteis.

A Empresa define sua perdas de crédito esperadas com base no histórico de perdas de crédito de anos anteriores e na análise individualizada de recebíveis em aberto na data base do balanço.

A Empresa avaliou os impactos causados pelo CPC 48 / IFRS 9 sobre seus ativos financeiros, figurando como item de maior relevância o grupo de contas receber. O novo modelo de mensuração de 'perdas esperadas' foi aplicado utilizando as taxas históricas de inadimplência e de perdas com títulos vencidos, também foram considerados para esta análise os indicadores de conjuntura econômica no qual a Empresa se enquadra, tais como projeção de crescimento do produto interno bruto (PIB) e estimativas do cenário de crédito nacional. Considerando o fato de que a Empresa já considerava o novo modelo de mensuração de "perdas esperadas" em seus ativos financeiros, a Empresa concluiu não haver impacto relevante na adoção da nova norma em suas operações, e por este motivo não se fez necessário o complemento de constituição de perdas por redução ao valor recuperável de ativos.

(iii) ***Transição***

A Empresa optou por reapresentar as informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração do saldo de redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, conforme descrito na nota explicativa 6.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na nota explicativa 8.14 das práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

8 Principais práticas contábeis

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

8.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Empresa, pela taxa de câmbio na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

8.2 Base de consolidação e investimento em controladas e combinação de negócios

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e suas controladas. O controle é obtido quando a Entidade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Empresa, as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Empresa e sua controlada e também entre as controladas são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. A empresa incluída nas demonstrações financeiras consolidadas está mencionada na nota explicativa 1. Os principais procedimentos de consolidação adotados são: (a) soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil; (b) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, assim como as receitas e despesas das transações entre elas; e (c) eliminação dos saldos das contas de investimento na empresa consolidada.

As combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Empresa. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

8.3 Receita de contrato com cliente

Em janeiro de 2018, entrou em vigência o CPC 47 / IFRS 15 que estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Com a aplicação da norma, não houve impacto nas práticas contábeis vigentes utilizadas pela Empresa, que pudesse distorcer os valores atuais mensurados, conforme informado na nota explicativa 6.

8.4 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou

construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

8.5 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros cobrados sobre contas a receber que são reconhecidos no resultado. As distribuições recebidas de investida registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e taxas.

8.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.7 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis, utensílios e instalações	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Outras imobilizações	5 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

8.8 Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis da Empresa compreendem, principalmente, gastos com direitos autorais e software, têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também, nas demonstrações financeiras consolidadas, incluído como ativo intangível está o ágio proveniente de combinação de negócios, que é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A amortização para os ativos intangíveis com vidas úteis definidas é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
Marcas e patentes	10 anos
Projetos em andamento e outros intangíveis	4 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o saldo contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

8.9 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros - Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA(valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR (valor justo do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. (outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio: política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018
A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1° de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018
A Empresa classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;

  Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

- Caixa e equivalentes de caixa

  Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1° de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros mantidos para venda	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento

Ativos financeiros
A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos
A Empresa não celebrou contratos com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

8.10 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos
Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou

A Empresa considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

- as perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

- as perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa estão expostas ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

(ii) Ativos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;

- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

8.11 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio custo médio ponderado. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

Quando aplicável, a provisão para perdas nos estoques é constituída com base em estimativas considerando-se o melhor julgamento da Administração da Empresa. Caso a potencial perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

8.12 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do

dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para contingências são reconhecidas apenas quando é provável que desembolsos de caixa ocorrerão e seu valor é determinado com base na estimativa das ações em curso.

As contingências de natureza fiscal, cível e trabalhista objeto de contestações judiciais são reavaliadas periodicamente e contabilizadas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e da Administração sobre o provável desfecho dos processos judiciais nas datas de divulgação. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o procedimento de provisionar a totalidade das disputas de natureza fiscal, cível e trabalhista cuja chance de perda tenha sido considerada provável.

8.13 Arrendamentos

(i) Determinando quando um contrato contém um arrendamento

No início do contrato, a Empresa determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Empresa separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a empresa conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Empresa.

(ii) Ativos arrendados

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Empresa substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa.

(iii) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

8.14 Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Empresa.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Empresa determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

9 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Empresa não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

A Empresa deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06(R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso

que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06(R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IFRS 16 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A Empresa reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos relativos a imóveis e veículos. A natureza das despesas relacionadas à estes arrendamentos mudará, pois a Empresa passará a reconhecer custos com depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre obrigações de arrendamento e não mais despesas lineares com locação dos referidos bens.

A Empresa ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que a Empresa celebrará. A Empresa espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Transição
A Empresa pretende aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando abordagem retrospectiva modificada. Portanto , o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido com um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

A Empresa planeja aplicar o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento na transição. Isso significa que aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamento de acordo com o CPC 06 (R1) / IFRS 16 e a ICPC 03.

Outras alterações
As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa.

- ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações no CPC 48).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18 (R2)).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33).
- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - várias normas
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

- IFRS 17 Contrato de Seguros.

10 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Caixa	47	42	47	42
Bancos	672	558	972	606
Aplicações financeiras - renda fixa (a)	11.702	8.783	12.415	8.911
	12.421	9.383	13.434	9.559

(a) São representadas, principalmente, por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB's), e compromissadas remunerados em aproximadamente 100% da variação do CDI (taxa de juros Certificado de Depósito Interbancário) e com liquidez imediatas estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

11 Contas a receber de clientes

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
A vencer	3.307	1.205	4.295	1.512
Vencido até 30 dias	2.194	1.866	2.543	2.136
Vencido de 31 até 60 dias	1.497	1.150	1.729	1.315
Vencido de 61 até 90 dias	816	905	962	1.053
Vencido de 91 até 180 dias	1.501	1.383	1.781	1.759
Vencido de 181 até 360 dias	2.737	2.295	3.154	3.038
Vencido acima de 361 dias	24.589	16.387	28.517	17.894
(-) Perda no valor recuperável de contas a receber	(27.398)	(17.309)	(29.987)	(19.065)
	9.243	7.882	12.994	9.642

O prazo médio de recebimento da prestação de serviço por empresa está representado na tabela abaixo:

Empresa	**Prazo médio de recebimento**
Curso e Colégio Positivo	15 dias
Posiville	63 dias
Curso Opção Única	37 dias
Semeador	25 dias
JK	160 dias
Growing	36 dias
Growing café	12 dias

A movimentação da provisão para perda no valor recuperável de contas a receber (circulante e não circulante) está composta por:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.941
(-) Recebimento / reversão	(70)
(+) Adições	3.194
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.065
(-) Recebimento / reversão	(83)
(+) Adições	11.005
Saldo em 31 de dezembro de 2019	29.987

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2017	14.543
(-) Recebimento / reversão	(38)
(+) Adições	2.804
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.309
(-) Recebimento / reversão	(50)
(+) Adições	10.139
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.298

A provisão para perda no valor recuperável de contas a receber é constituída com base nos critérios estabelecidos pela Administração e, em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, cujo saldo é apresentado deduzido dessa provisão. O critério de provisão para perda no valor recuperável de contas a receber consiste no histórico de inadimplência, representados na tabela abaixo. Os percentuais de inadimplência são revisados anualmente.

Empresa	**PCLD (%)**
Curso Positivo	2,07%
Colégio Positivo	2,12%
Posiville	1,89%
Curso Opção Única	4,20%

A Administração considera esta provisão suficiente para cobrir as perdas na realização de contas a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

12 Estoques

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Mercadorias para revenda (material didático)	2.734	1.533	3.381	1.895
	2.734	1.533	3.381	1.895

A Administração espera que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes, apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Ativo				
Provisão para bônus	720	82	730	91
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	968	1.478	1.025	1.487
Provisão de serviços	423	88	458	95
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	1.260	603	2.153
Arrendamentos	879	-	945	-
Outros	236	206	252	208
	3.226	3.114	4.013	4.034
Passivo				
Provisão para perda no valor recuperável de contas a receber	190	772	360	933
Atualização depósitos judiciais processos trabalhistas e fiscais	118	114	118	114
	308	886	478	1.047
Ativo fiscal diferido, líquido	2.918	2.228	3.535	2.987

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	7.361	3.018	8.498	2.505
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.503)	(1.026)	(2.889)	(852)
(+/-) Utilização de impostos diferidos não constituídos sobre diferenças temporárias	-	-	(676)	907
(+/-) Equivalência patrimonial	115	575	-	-
Adições permanentes				
(-) Outras despesas indedutíveis	58	8	63	9
(-) Dedução do programa alimentação do trabalhador - PAT	116	1	151	7
	(2.214)	(442)	(3.351)	71
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.904)	(29)	(3.898)	(340)
Imposto de renda e contribuição social diferido	690	(413)	547	411
	(2.214)	(442)	(3.351)	71
Alíquota efetiva	30%	15%	39%	(3%)

A alíquota utilizada nas conciliações apresentadas anteriormente é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

14 Investimentos

	2019	**2018**
Participação em controladas	47.207	16.168
Outros investimentos	11.945	11.945
	59.152	28.113

Informações sobre as controladas:

	Participação no capital (%)	**Capital social**	**Patrimônio líquido**	**Ativo total**	**Passivo total**
Controladas					
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	100	8.010	7.288	17.878	17.878
Centro Educacional Opção Única Ltda.	100	1.733	95	1.883	1.883
Restaurante Maria Pimenta Ltda.	100	-	-	-	-
Sociedade De Ensino Semeador Eireli	100	450	655	4.090	4.090
Colegio Jk Foz Do Iguacu Eireli	100	400	525	657	657
Centro Educacional Passo Certo Ltda	100	285	294	1.294	1.294
Centro Educacional Growing Ltda	100	520	429	8.572	8.572
Growing Cafeteria Cultural Ltda	100	210	493	567	567
		11.608	9.779	34.941	34.941

	Investimentos	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado da equivalência patrimonial
Controladas			
Sociedade Educacional Posiville Ltda.	7.288	1.627	1.627
Centro Educacional Opção Única Ltda.	95	(1.166)	(1.166)
Restaurante Maria Pimenta Ltda.	-	-	-
Sociedade De Ensino Semeador Eireli	655	(140)	(140)
Colegio Jk Foz Do Iguacu Eireli	525	11	11
Centro Educacional Passo Certo Ltda	294	17	17
Centro Educacional Growing Ltda	429	(174)	(174)
Growing Cafeteria Cultural Ltda	493	164	164
	9.779	339	339

A movimentação do saldo de investimento é como segue:

	Colégios Joinville	Colégios Londrina	Colégio Boa Vista e Agua Verde	Colégios Ponta Grossa	Colégios Foz do Iguaçu	Colégios Cascavel	Total
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2017	12.382	-	-	-	-	-	12.382
(+/-) Resultado de equivalência patrimonial	1.690	-	-	-	-	-	1.690
(-) Adiantamento para futuro aumento de capital	2.096	-	-	-	-	-	2.096
(+) Ágio na aquisição (a)	-	770	-	12.190	-	_	12.960
(-) Valor justo dos ativos líquidos	-	-	-	(1.015)	-	-	(1.015)
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2018	16.168	770	-	11.175	-	-	28.113
(-) Extinção da operação	(63)	-	-	-	-	-	(63)
(+) Extinção do Ágio	(89)	-	-	-	-	-	(89)
(-) Adiantamento para futuro aumento de capital	335	-	-	-	230	146	711
(+) Ágio na aquisição (a)	-	-	12.049	-	5.951	11.086	29.086
(-) Passivos líquidos adquiridos	-	-	-	-	(1.159)	(1.062)	(2.221)
(+) Ativos líquidos adquiridos	-	-	-	-	1.079	1.061	2.140
(-) Resultado de equivalência patrimonial	461	-	-	-	(129)	7	339
Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2019	16.812	770	12.049	11.175	5.972	11.238	58.016

(a) Refere-se ao ágio gerado nas aquisições de outros investimentos, sendo o Colégio Santa Maria, Escola Girassol, Colégio Neomaster e Curso Promaster, adquiridos pela Positivo Educacional Ltda. durante o ano de 2018, conforme nota explicativa 1. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é classificado na rubrica de ativo intangível.

15 Imobilizado

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		Controladora					
		2019			2018		
	Taxa média ponderada de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil
Benfeitorias	4%	23.732	(3.508)	20.224	17.253	(2.683)	14.570
Arrendamento		94.890	(8.700)	86.190	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	221	(202)	19	221	(197)	24
Móveis, utensílios e instalações	10%	16.093	(9.393)	6.700	14.025	(8.435)	5.590
Equipamentos de informática	20%	8.267	(6.108)	2.159	7.141	(5.439)	1.702
Imobilizado em andamento		51.120	-	51.120	-	-	-
Outras imobilizações	10 a 20%	2.228	(2.057)	171	2.196	(2.018)	178
		196.551	(29.968)	166.583	40.836	(18.772)	22.064

		Consolidado					
		2019			2018		
	Taxa média ponderada de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor contábil
Benfeitorias	4%	30.670	(4.181)	26.489	22.268	(3.008)	19.260
Arrendamento		111.210	(10.093)	101.117	-	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	933	(553)	380	509	(410)	99
Móveis, utensílios e instalações	10%	18.885	(10.537)	8.348	15.893	(9.236)	6.657
Equipamentos de informática	20%	9.389	(6.763)	2.626	8.091	(5.878)	2.213
Imobilizado em andamento		52.317	-	52.317	-	-	-
Outras imobilizações	10 a 20%	2.343	(2.102)	241	2.241	(2.031)	210
		225.747	(34.229)	191.518	49.002	(20.563)	28.439

A movimentação do ativo imobilizado está representada por:

	Controladora							
	Benfeitorias	**Arrendamento**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, utensílios e instalações**	**Equipamentos de informática**	**Imobilizado em andamento**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.658	-	21	3.091	1.357	-	171	13.298
Adição custo - cisão (a)	305	-	4	2.168	842	-	30	3.349
Adição depreciação - cisão (a)	(31)	-	(2)	(840)	(604)	-	(6)	(1.483)
Aquisição de outros investimentos (b)	2	-	8	74	76	-	15	175
Adição	6.212	-	-	1.734	595	-	11	8.552
Depreciação	(576)	-	(7)	(637)	(564)		(43)	(1.827)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.570	-	24	5.590	1.702	-	178	22.064
Adoção inicial CPC 06	-	94.890	-	-	-	-	-	94.890
Aquisição de outros investimentos (b)	-	-	-	-	-	51.120	-	51.120
Adição	6.480		-	2.068	1.126	-	32	9.706
Depreciação	(826)	(8.700)	(5)	(958)	(669)	-	(39)	(11.197)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.224	86.190	19	6.700	2.159	51.120	171	166.583

	Consolidado							
	Benfeitorias	**Arrendamento**	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis, utensílios e instalações**	**Equipamentos de informática**	**Imobilizado em andamento**	**Outras imobilizações**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.054	-	109	4.181	1.955	-	205	18.504
Adição custo - cisão (a)	305	-	4	2.168	842	-	30	3.349
Adição depreciação - cisão (a)	(31)	-	(2)	(840)	(604)	-	(6)	(1.483)
Aquisição de outros investimentos (b)	2	-	8	74	76	-	15	175
Adição	7.714	-	-	1.861	642	-	11	10.228
Depreciação	(784)	-	(20)	(787)	(698)	-	(45)	(2.334)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	19.260	-	99	6.657	2.213	-	210	28.439
Adoção inicial CPC 06	-	103.081	-	-	-	-	-	103.081
Transferencias	192	-	-	33	-	-	(225)	-
Aquisição de outros investimentos (b)	808	8.083	255	571	49	-	425	10.191
Adição	7.283	-	54	2.209	1.195	52.317	33	63.091
Baixa de Custo	-	-	-	-	-	-	(195)	(195)
Baixa de Deprecialção	-	-	-	-	-	-	38	38
Depreciação	(1.054)	(10.047)	(28)	(1.122)	(831)	-	(45)	(13.127)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	26.489	101.117	380	8.348	2.626	52.317	241	191.518

(a) Refere-se a cisão de ativo imobilizado decorrente da restruturação societária ocorrida em 1º de dezembro de 2018, onde foi cindido o Colégio Internacional da empresa Centro de Estudos Superiores Positivo para a Positivo Educacional Ltda., conforme nota explicativa 2.

(b) Refere-se a ativos imobilizados provindos da aquisição de outros investimentos, conforme nota explicativa 1(b).

A Controladora possui imóveis alugados da Positivo Administradora de Bens Ltda. com despesa anual de R$ 6.196 (R$ 5.831 em 2018), válida por 20 anos a partir de 29 de fevereiro de 2012, locação de um imóvel da GTN Administradora de Bens Ltda., com despesa anual de R$ 1.776 (R$ 1.673 em 2018), e locação de um imóvel da Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria Província Brasileira, no montante de R$ 660 (R$ 660 em 2018).

Vida útil

Ao final do exercício de 2019 e 2018, a Empresa revisou a estimativa da vida útil e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

16 Intangível

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

		Controladora					
		2019			2018		
	Taxa média ponderada de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	1.482	(1.351)	131	1.482	(1.270)	212
Marcas e patentes	10%	741	(96)	645	96	(96)	-
Carteira de clientes (b)	-	5.144	-	5.144	840	-	840
Acordo de não concorrência	-	1.464	-	1.464			
Projetos em andamento e outros intangíveis	25%	395	(259)	136	364	(259)	105
		9.226	(1.706)	7.520	2.782	(1.625)	1.157

		Consolidado					
		2019			2018		
	Taxa média ponderada de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil	Custo corrigido	Amortização acumulada	Valor contábil
Software	20%	1.500	(1.369)	131	1.489	(1.277)	212
Marcas e patentes	10%	741	(96)	645	96	(96)	-
Carteira de clientes (b)	-	5.144	-	5.144	840	-	840
Acordo de não concorrência	-	1.464	-	1.464			
Ágio (a)	-	48.238	-	48.238	21.463	-	21.463
Projetos em andamento e outros intangíveis	25%	406	(270)	136	375	(270)	105
		57.493	(1.735)	55.758	24.263	(1.643)	22.620

(a) Refere-se ao ágio gerado nas aquisições das empresas controladas Sociedade Educacional Posiville Ltda., Centro Educacional Opção Única Ltda. – ME e Restaurante Maria Pimenta Ltda. – ME ocorridas durante o ano de 2016 e das empresas controladas Sociedade de Ensino Semeador Ltda., Colégio JK Foz do Iguaçu Eireli, Centro Educacional Growing Ltda., Centro Educacional Passo Certo Ltda. e Growing Cafeteria Cultural Ltda. ocorridas durante o ano de 2019 e o ágio gerado nas aquisições de outros investimentos, sendo o Colégio Santa Maria, Escola Girassol, Colégio Neomaster e Curso Promaster, adquiridos pela Positivo Educacional Ltda. durante o ano de 2018, conforme nota explicativa 1. Nas demonstrações financeiras da controladora, o ágio é classificado na rubrica de investimentos.

(b) Refere-se a carteira de clientes provinda da aquisição de outros investimentos, conforme nota explicativa 1(b).

A movimentação dos ativos intangíveis está composta por:

	Controladora					
	Software	**Marcas e patentes**	**Carteira de clientes (b)**	**Acordo de não concorrência**	**Projetos em andamento e outros intangíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	151	1	-	-	3	155
Adições	151	-	840	-	105	1.096
Amortização	(96)	(1)	-	-	(3)	(100)
Adição custo – cisão (a)	9	-	-	-	-	9
Adição depreciação – cisão (a)	(3)	-	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	212	-	840	-	105	1.157
Adições	-	645	4.304	1.464	31	6.444
Amortização	(81)	-	-	-	-	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	131	645	5.144	1.464	136	7.520

	Consolidado						
	Software	**Marcas e patentes**	**Ágio**	**Carteira de clientes (b)**	**Acordo de não concorrência**	**Projetos em andamento e outros intangíveis**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	151	1	9.518	-	-	14	9.684
Ágio na aquisição	-	-	11.945	-	-	-	11.945
Adições	151	-	-	840	-	106	1.097
Amortização	(96)	(1)	-	-	-	(15)	(112)
Adição custo – cisão (a)	9	-	-	-	-	-	9
Adição depreciação – cisão (a)	(3)	-	-	-	-	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	212	-	21.463	840	-	105	22.620
Ágio na aquisição	-	-	26.864	-	-	-	26.864
Adições	-	645	-	4.304	1.464	31	6.444
Amortização	(81)	-	-	-	-	-	(81)
Baixa custo	-	(89)	-	-	-	-	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	131	645	48.238	5.144	1.464	136	55.758

(a) Refere-se a cisão de ativo imobilizado decorrente da restruturação societária ocorrida em 1º de dezembro de 2018, onde foi cindido o Colégio Internacional da empresa Centro de Estudos Superiores Positivo para a Positivo Educacional Ltda., conforme nota explicativa 2.

(b) Refere-se a carteira de clientes provinda da aquisição de outros investimentos, conforme nota explicativa 1(b).

Ágio

Representa a diferença entre o valor pago e a pagar de aquisição e o valor justo dos ativos (passivos) líquidos gerado nas aquisições das empresas controladas Sociedade Educacional Posiville Ltda., Centro Educacional Opção Única Ltda. – ME e Restaurante Maria Pimenta Ltda. – ME ocorridas durante o ano de 2016 e Sociedade de Ensino Semeador Ltda., Colégio JK Foz do Iguaçu Eireli, Centro Educacional Growing Ltda., Centro Educacional Passo Certo Ltda. e Growing Cafeteria Cultural Ltda. ocorridas durante o ano de 2019 e nas aquisições de outros investimentos, sendo o Colégio Santa Maria, Escola Girassol, Colégio Neomaster e Curso Promaster, adquiridos pela Positivo Educacional Ltda. durante o ano de 2018, conforme nota explicativa 1.

	Colégios Joinville	Colégio Londrina	Colégios Boa Vista e Agua Verde	Colégios Ponta Grossa	Colégios Foz do Iguaçu	Colégios Cascavel	Total
Ágio por rentabilidade futura	9.429	770	12.049	11.175	4.792	10.024	48.239

A Empresa avaliou, em 31 de dezembro de 2018, através do fluxo de caixa descontado projetado se há evidência de que o ativo esteja desvalorizado. Os principais critérios que a Empresa adota para determinar se há evidência de perda por *impairment* incluem: dificuldade financeira, quebra de contratos, desaquecimento de um mercado ativo, condições econômicas nacionais, enfim dados indicando redução significativa nos fluxos de caixa futuros.

O montante é mensurado com a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Com base nesta análise, não foram encontrados indicadores de não recuperação dos investimentos.

A metodologia utilizada na avaliação foi a do fluxo de caixa descontado, para avaliar os ágios que correspondem a cada uma das UGC´s. O cálculo considera 7 anos de projeção de fluxo explícito nas aquisições das empresas Posiville, Opção Única e Maria Pimenta e 12 anos de projeção de fluxo explícito nas aquisições das empresas Santa Maria, Girassol, Neomaster e Promaster, adicionando um valor de perpetuidade. A taxa de desconto nominal foi de 7,77% ao ano nas aquisições das empresas Posiville, Opção Única e Maria Pimenta e 13,4% ao ano nas aquisições das empresas Santa Maria, Girassol, Neomaster e Promaster, seguindo as referências de mercado e metodologias internas de cálculo.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

O ativo intángivel tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração não identificou indicadores de que o ativo intángivel poderia apresentar questões envolvendo *impairment*.

Vida útil

Ao final do exercício de 2019 e 2018, a Empresa revisou a estimativa da vida útil dos ativos intangíveis e não foram identificadas alterações significativas em relação à vida útil anteriormente utilizada.

17 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

				Controladora				Consolidado			
				Circulante		Não irculante		Circualante		Não irculante	
Em moeda nacional	**Taxas %**	**Garantias**	**Vencimento**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Empréstimos com acionistas	100%	N/A	30/06/2019	-	10.017	-	-	-	10.017	-	-
Aquisição Escola Foz do Iguaçu	100%	N/A	30/09/2024	-	-	-	-	180	-	375	-
				-	10.017	-	-	180	10.017	375	-

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não irculante	Total	Circualante	Não irculante	Total
Saldo no final do exercício de 2018	10.017	-	10.017	10.017	-	10.017
Captação	66.478	-	66.478	66.478	-	66.478
Encargos financeiros e variações	119	-	119	136	-	136
Aquisições escolas	-	-	-	62	632	694
Transferencias	-	-	-	257	(257)	-
Pagamento de principal	(76.478)	-	(76.478)	(76.586)	-	(76.586)
Pagamento de juros	(136)	-	(136)	(184)	-	(184)
Saldo no final do exercício de 2019	-	-	-	180	375	555

18 Salários, provisões e contribuições sociais

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Salários a pagar	2.369	2.041	2.836	2.223
Contribuições sociais	3.112	2.442	3.639	2.681
Provisão de férias	6.345	4.800	6.863	5.147
Provisões trabalhistas diversas	2.313	364	2.341	392
Outras contas a pagar sobre a folha	322	129	344	137
	14.461	9.776	16.023	10.580

19 Impostos a recolher

O saldo dessa conta está composto pelos seguintes valores:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
IRRF sobre remuneração a funcionários	2.544	1.573	2.644	1.617
Parcelamentos tributários e previdenciários (a)	-	-	850	748
Cofins a recolher	463	332	565	374
INSS	680	487	761	519
ISS a recolher	357	200	482	227
Pis a recolher	99	71	121	80
Outros impostos	341	51	438	91
	4.482	2.714	5.861	3.656
Circulante	3.892	2.275	4.402	2.440
Não circulante	592	439	1.459	1.216

20 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos com partes relacionadas estão compostos da seguinte forma:

		Controladora							
		Contas a receber de transações comerciais		Contas a pagar de transações comerciais			Operações financeiras passivas (Circulante)		Operações financeiras passivas (Não circulante)	
		2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Partes relacionadas (pessoas físicas)		-	-	-	-		-	10.017	2.272	2.272
Sociedade Educacional Posiville Ltda.		85	-	841	339		-	-	-	-
Centro Educacional Opção Única Ltda.		30	-	54	-		-	-	-	-
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.		-	-	90	2	(a)	-	-	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.		1.266	76	738	1	(b)	-	-	-	-
Editora Aprende Brasil Ltda.		-	-	540	495	(e)	-	-	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.		-	-	2.739	1.237	(f)	-	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A.		-	-	-	5	(c)	-	-	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.		-	-	774	664	(d)	-	-	-	-
Editora Piá Ltda.		-	-	-	17		-	-	-	-
Consórcio J. Malucelli		-	-	44	-		-	-	-	-
Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda.		64	-	1	2		-	-	-	-
		1.445	76	5.821	2.762		-	10.017	2.272	2.272

	Consolidado								
	Contas a receber de transações comerciais		**Contas a pagar de transações comerciais**			**Operações financeiras passivas (Circulante)**		**Operações financeiras passivas (Não circulante)**	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**		**2019**	**2018**	**2019**	**2018**
Partes relacionadas (pessoas físicas)	-	-		-		-	10.017	2.272	2.272
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.	-	-	90	2	(a)	-	-	-	-
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	2.178	76	740	1	(b)	-	-	-	-
Editora Aprende Brasil Ltda.	-	-	634	579	(e)		-	-	-
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	-	-	3.105	1.870	(f)	-	-	-	-
Positivo Tecnologia S.A.	-	-	-	25	(c)	-	-	-	-
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	774	664	(d)	-	-	-	-
Consórcio J.Malucelli	-	-	44	-		-		-	
Editora Piá Ltda.	-	-	-	17		-	-	-	-
Complexo de Ensino Superior Arthur Thomas Ltda.	-	-	5	2		-	-	-	-
	2.242	76	5.392	3.160		-	10.017	2.272	2.272

Operações financeiras passivas (circulante)

Refere-se a empréstimos com sócios, conforme nota explicativa 17.

Operações financeiras passivas (não circulante)

Para as operações financeiras não incidem a cobrança de encargos financeiros sobre tais operações e nem possuem prazos formais para sua liquidação. A Administração manteve esses saldos no longo prazo, em função da intenção do credor e devedor de não liquidar esses valores no curto prazo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa realizou transações comerciais com partes relacionadas, bem como o rateio de despesas administrativas decorrente de atividades compartilhadas do Grupo, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora				
	Vendas		Compras e serviços		
	2019	2018	2019	2018	
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.	-	-	1.075	979	(a)
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	-	-	172	135	(b)
Positivo Tecnologia S.A.	207	231	685	353	(c)
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	6.196	5.831	(d)
Editora Aprende Brasil Ltda.	-	-	-	403	(e)
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	-	-	9.928	1.533	(f)
Consórcio J. Malucelli	-	-		59	
	207	231	18.056	9.293	

	Consolidado				
	Vendas		Compras e serviços		
	2019	2018	2019	2018	
Gráfica e Editora Posigraf Ltda.	-	-	1.075	979	(a)
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	-	-	172	135	(b)
Positivo Tecnologia S.A.	207	231	761	463	(c)
Positivo Administradora de Bens Ltda.	-	-	6.196	5.831	(d)
Editora Aprende Brasil Ltda.	-	-	-	683	(e)
Positivo Soluções Didáticas Ltda.	-	-	11.206	1.895	(f)
Consórcio J. Malucelli	-	-	-	59	
	207	231	19.410	10.045	

a. Gráfica e Editora Posigraf Ltda.

Compras

São transações de comercialização (aquisição) de materiais didáticos e outros produtos gráficos. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

b. Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.

Locação de espaços
Compreende transações de locação de espaços, em especial do Teatro Positivo e Centro de Eventos.

c. Positivo Tecnologia S.A.

Compras
Compreende a aquisição de micro-computadores e equipamentos de informática.

Vendas
Compreende transações referente a prestação de serviços de ensino para os funcionários da Positivo Tecnologia S.A..

d. Positivo Administradora de Bens Ltda.

Arrendamento mercantil (edificações)
Compreende as despesas provenientes de arrendamento mercantil operacional dos imóveis da Positivo Administradora de Bens Ltda., sendo seu prazo de vigência até março de 2032, podendo ser renovado, conforme cláusula contratual.

Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

e. Editora Aprende Brasil Ltda.

Compras
No contas a pagar estão registradas transações de comercialização de materiais didáticos vendidos pela Editora Aprende Brasil Ltda. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Rateio de despesas
Compreende a cobrança proveniente do rateio de despesas administrativas e do centro de serviços compartilhados (CSC), as quais foram incorridas pela Editora Aprende Brasil Ltda. e, posteriormente rateadas para as demais partes relacionadas beneficiadas pelas atividades do CSC.

As despesas são representadas pelo uso compartilhado dos departamentos de compras (em especial materiais indiretos), recursos humanos, marketing, jurídico, contabilidade, financeiro e informática. O valor do rateio foi apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

f. Positivo Soluções Didáticas Ltda.

Compras
No contas a pagar estão registradas transações de comercialização de materiais didáticos vendidos pela Positivo Soluções Didáticas Ltda. Os preços praticados seguem políticas de preços e prazos definidos entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração
As despesas com salários da Administração, incluindo encargos e remuneração variável, totalizaram R$ 588 (R$ 971 em 2018). Para os administradores das empresas controladas são concedidos os seguintes benefícios: plano de saúde, descontos em mensalidades de cursos de graduação, pós-graduação e nas escolas do Grupo.

A Empresa não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

21 Adiantamento de clientes

O saldo dessa conta compreende os adiantamentos de mensalidade pelos alunos dos colégios e cursos, efetuados no segundo semestre de 2017 e 2018, referente ao ano letivo de 2018 e 2019.

22 Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Circulante				
Valores retido na aquisição de empresas				
Escolas de Foz do Iguaçu	1516	-	1.516	-
Escolas de Cascavel	65	-	65	-
Provisão de serviços	1.246	259	1.350	294
Outras contas a pagar	421	548	565	587
	3.248	807	3.496	881
Não circulante				
Valores retido na aquisição de empresas				
Escolas de Joinville	1.292	1.218	1.292	1.218
Escolas de Ponta Grossa	1.683	2.000	1.683	2.000
Escolas de Foz do Iguaçu	8.114	-	8.114	-
Escolas de Cascavel	6.065	-	6.065	-
	17.154	3.218	17.154	3.218

23 Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Riscos trabalhistas (a)	2.812	4.345	2.981	4.373
Riscos cíveis	36	1	36	1
	2.848	4.346	3.017	4.374

(a) Trabalhistas - Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários, reivindicando verbas trabalhistas em geral, entre eles, horas extras e equiparação salarial. Em 31 de dezembro de 2019, existem cinco processos com valores representativos nesta Empresa, que totalizam R$ 3.665.

As movimentações das provisões para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram:

	Controladora			Consolidado		
	Trabalhistas	**Cíveis**	**Total**	**Trabalhistas**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 1º de janeiro de 2018	4.331	21	4.352	4.331	21	4.352
(+) Adições	1.112	-	1.112	1.140	-	1.140
(-) Reversões atualizações	(34)	-	(34)	(34)	-	(34)
(+) Atualizações	136	-	136	136	-	136
(-) Utilizações e reversões	(1.200)	(20)	(1.220)	(1.200)	(20)	(1.220)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.345	1	4.346	4.373	1	4.374
(+) Adições	2.086	42	2.128	2.225	42	2.267
(-) Reversões atualizações	(24)	(1)	(25)	(25)	(1)	(26)
(+) Atualizações	151	1	152	154	1	155
(-) Utilizações e reversões	(3.746)	(7)	(3.753)	(3.746)	(7)	(3.753)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.812	36	2.848	2.981	36	3.017

Probabilidades de perda possível

Existem outros processos trabalhistas, cíveis e tributários em curso, que foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem a sua contabilização. Os saldos estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Tributárias (a)	2.894	1.069	4.132	2.202
Cíveis (b)	23.711	22.401	23.948	22.401
Trabalhistas	70	64	87	265
	26.675	23.534	28.167	24.868

(a) Tributárias

Corresponde a diversos processos fiscais, sendo dois processos que somam o valor representativo de R$ 2.089, sendo o montante de R$ 993, na controladora, referente ao estorno de créditos de prejuízo fiscal utilizados para compensação de débitos do parcelamento alternativo ao REFIS, na forma do artigo 54 da Lei n° 9.784/99. Este estorno culminou na majoração da dívida consolidada e na consequente exclusão da Empresa do parcelamento. Atualmente, este processo encontra-se em fase recursal, e aguarda julgamento da apelação; e o montante de R$ 1.096, na controlada Posiville, referente a discussão sobre o parcelamento de débitos previdenciários realizado pela Posiville com base na Lei 12.996/14, e indeferidos posteriormente. Atualmente, aguarda-se o julgamento da apelação do referido processo.

(b) Cíveis

Corresponde substancialmente à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, no montante de R$ 22.225, onde estão sendo discutidos os reajustes sobre as mensalidades de prestação de serviços educacionais no ano de 1993. Atualmente, o referido processo encontra-se em fase recursal.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Empresa é de R$ 101.567, e está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária atual, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% Participação
Cixares Líbero Vargas	20.313.433	20.313.433	20%
Wien Investimentos - Participações Societárias Ltda.	20.313.433	20.313.433	20%
Piaget Investimentos - Participações Societárias Ltda.	20.313.433	20.313.433	20%
Milano Investimentos - Participações Societárias Ltda.	20.313.433	20.313.433	20%
Revaz Investimentos - Participações Societárias Ltda.	15.235.075	15.235.075	15%
Palu Investimentos - Participações Societárias Ltda.	5.078.359	5.078.359	5%
	101.567.166	101.567.166	100%

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Empresa é de R$ 35.089 e está totalmente integralizado, da seguinte forma:

Composição societária anterior, valores expressos em reais (1,00).

	Quantidade de quotas	Capital integralizado	% Participação
CIR Investimentos S.A.	3.144.712	3.144.712	20%
SLG Investimentos S.A	3.144.712	3.144.712	20%
Darwin Investimentos S.A.	3.144.712	3.144.712	20%
Palidano Investimentos S.A	3.144.712	3.144.712	20%
RMR Investimentos S.A.	2.358.535	2.358.535	15%
Lupa Investimentos S.A.	786.178	786.178	5%
	15.723.561	15.723.561	100%

b. Destinação de lucros

Conforme previsto no contrato social da Empresa, ao final do exercício social os resultados não distribuídos serão registrados na conta de reserva de lucros, para futura distribuição ou capitalização, ou, se perda ou prejuízo em conta a compensar. Não existe previsão para distribuição de lucros mínimos ao final de cada exercício.

Durante o exercício de 2019 e 2018, não foram deliberadas distribuição de lucros nos exercícios, em função da existência de prejuízos acumulados.

25 Receita líquida de serviços prestados

O efeito da adoção do CPC 47 / IFRS 15 sobre as receitas de contratos com clientes da Empresa está descrito na nota explicativa 6.

A Empresa gera receita principalmente, pela prestação de serviços em mensalidades de alunos, e os impactos na forma de contabilização com relação à adoção do CPC 47 / IFRS 15 estão evidenciados na nota explicativa 6.

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. A seguir, a composição da receita líquida de serviços prestados da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita de serviços prestados	217.265	142.674	244.357	161.226
Receitas com aluguéis	217	193	217	193
Receita bruta de serviços prestados	217.482	142.867	244.574	161.419
(-) Tributos sobre serviços e aluguéis	(12.380)	(9.767)	(14.144)	(11.132)
(-) Devoluções e abatimentos	-	-	(3)	(25)
	205.102	133.100	230.427	150.262

26 Informação sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Empresa apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Pessoal	119.252	90.343	132.011	99.206
Perda no valor recuperável de contas a receber	10.088	2.496	10.088	2.883
Aluguéis	136	9.214	315	10.957
Propaganda e publicidade	5.685	4.155	6.128	4.500
Serviços de terceiros	9.706	7.483	10.690	8.635
Energia, água e telefone	2.940	2.353	3.419	2.711
Manutenção de veículos e edifícios	3.230	2.247	3.845	2.817
Depreciação e amortização	11.278	1.927	13.211	2.446
Materiais utilizados na prestação dos serviços	11.721	2.403	13.100	2.845
Despesas corporativas	3.360	2.595	4.233	3.151
Outras	13.611	8.442	17.317	9.658
	191.007	133.658	214.357	149.809

A composição dessas contas para conciliação com a demonstração do resultado segue abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Custo dos serviços prestados	98.637	68.215	107.187	75.211
Despesas gerais e administrativas	75.906	58.610	88.974	66.960
Despesas comerciais	6.376	4.067	8.108	4.872
Perda no valor recuperável de contas a receber	10.088	2.766	10.088	2.766
	191.007	133.658	214.357	149.809

27 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	**2018**	**2019**	**2018**
Receita financeira				
Juros cobrados sobre o contas a receber e outros	2.245	1.479	2.583	1.644
Rendimento de aplicações	803	773	831	782
Outras	357	384	359	466
	3.045	2.636	3.773	2.892
Despesa financeira				
Juros	(431)	(91)	(497)	(133)
Juros arrendamento mercantil	(7.546)	-	(8.297)	-
Descontos concedidos	(670)	(335)	(702)	(372)
Outras	(2.123)	(627)	(2.162)	(676)
	(10.770)	(1.053)	(11.658)	(1.181)
	(7.725)	1.583	(7.885)	1.711

28 Instrumentos financeiros

O efeito da aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9 nos instrumentos financeiros da Empresa está descrito na nota explicativa 6. Devido ao método de transição escolhido, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requerimentos.

a. Classificação contábil e valores justos (consolidado)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

Em 31 de dezembro 2019	**Nota explicativa**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Total contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa		13.434	-	13.434	13.434
Contas a receber de clientes		12.994	-	12.994	12.994
Créditos diversos		5.358	-	5.358	5.358
		31.786	-	31.768	31.768
Fornecedores		-	10.177	10.177	10.177
Empréstimos e financiamentos		-	555	555	555

Outras obrigações		-	20.650	20.650	20.650
		-	31.382	31.382	31.382

Em 31 de dezembro 2018	**Nota explicativa**	**Ativos financeiros a custo amortizado**	**Passivos financeiros a custo amortizado**	**Total contábil**	**Valor justo**
Caixa e equivalentes de caixa	10	9.559	-	9.559	9.559
Contas a receber de clientes	11	9.566	-	9.566	9.566
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	20	76	-	76	76
Créditos diversos		2.455	-	2.455	2.455
		21.656	-	21.656	21.656
Fornecedores		-	2.396	2.396	2.396
Fornecedores - partes relacionadas	20	-	3.160	3.160	3.160
Empréstimos e financiamentos	17	-	10.017	10.017	10.017
Outras obrigações	22	-	4.099	4.099	4.099
		-	19.672	19.672	19.672

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

Os principais fatores de risco a que a Empresa está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Empresa.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Empresa utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

A Empresa possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela alta Administração, sendo que esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões.

A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa.

(ii) Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e contas a receber de clientes conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito
O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

		Consolidado	
	Nota explicativa	**2019**	**2018**
Caixa e equivalentes de caixa	10	13.434	9.559
Contas a receber de clientes	11	12.994	9.642
		26.428	19.201

Contas a receber e outros créditos
A exposição da Empresa a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração considera a distribuição geográfica dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento da indústria e do país no qual o cliente opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito.

A qualidade do crédito do contas a receber de outros recebíveis é avaliado baseado na política de crédito estabelecida pela Empresa.

Caixa e equivalentes a caixa
Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa detinha caixa e equivalentes a caixa de R$ 9.559 (10.110 em 2017), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes a caixa são mantido com bancos e instituições financeiras considerados de primeira linha.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou não, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Empresa, que se utiliza do gerenciamento necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros não derivativos da Empresa e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Empresa deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros (controladora)

	Taxa de juros efetiva média ponderada ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019							
Caixa e bancos		719	-	-	-	-	719
Aplicações financeiras	3,70%	11.702	-	-	-	-	11.702
Contas a receber clientes		1.619	1.144	2.416	2.619		7.798
Contas a receber clientes – partes relacionadas		554	891	-	-	-	1.445
		14.594	2.035	2.416	2.619	-	21.664
31 de dezembro de 2018							
Caixa e bancos		600	-	-	-	-	600
Aplicações financeiras	6,40%	8.783	-	-	-	-	8.783
Contas a receber clientes		1.619	1.150	2.416	2.621	-	7.806
Contas a receber clientes – partes relacionadas		76	-	-	-	-	76
		11.078	1.150	2.416	2.621	-	17.265

Passivos financeiros (controladora)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	2.740	-	-	-	-	2.740
Fornecedores - partes relacionadas	3.096	2.725	-	-	-	5.821
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	5.836	2.725	-	2.272	-	10.833
31 de dezembro de 2018						
Fornecedores	1.995	-	-	-	-	1.995
Fornecedores - partes relacionadas	2.762	-	-	-	-	2.762
Empréstimos e financiamentos	-	-	10.017	-	-	10.017
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	4.757	-	10.017	2.272	-	17.046

Ativos financeiros (consolidado)

	Taxa de juros efetiva média ponderada ao ano	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019							
Caixa e bancos		1.019	-	-	-	-	1.019
Aplicações financeiras	3,70%	12.415	-	-	-	-	12.415
Contas a receber clientes		2.233	1.577	3.331	3.611	-	10.752
Contas a receber clientes - partes relacionadas		367	1.875	-	-	-	2.242
		16.034	3.452	3.331	3.611	-	26.428
31 de dezembro de 2018							
Caixa e bancos		648	-	-	-	-	648
Aplicações financeiras	6,40%	8.911	-	-	-	-	8.911
Contas a receber clientes		2.071	1.335	2.941	3.219	-	9.566
Contas a receber clientes - partes relacionadas		76	-	-	-	-	76
		11.706	1.335	2.941	3.219	-	19.201

Passivos financeiros (consolidado)

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	4.785	-	-	-	-	4.785
Fornecedores - partes relacionadas	2.647	2.745	-	-	-	5.392
Empréstimos e financiamentos	-	-	555	-	-	555
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	7.432	2.745	555	2.272	-	13.004
31 de dezembro de 2018						
Fornecedores	2.396	-	-	-	-	2.396
Fornecedores - partes relacionadas	3.160	-	-	-	-	3.160
Empréstimos e financiamentos	-	-	10.017	-	-	10.017
Partes relacionadas	-	-	-	2.272	-	2.272
	5.556	-	10.017	2.272	-	17.845

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, e taxas de juros, têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Gerenciamento do capital

A Empresa administra seu capital, para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Empresa é formada pelo capital circulante líquido (passivos circulantes menos ativos circulantes).

A Empresa não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Capital circulante líquido (consolidado)

O índice de liquidez corrente no final do exercício é o seguinte:

	2019	**2018**
Ativo circulante	38.764	26.121
Passivo circulante	(59.457)	(40.893)
Capital circulante líquido	(20.693)	(14.772)
Índice de liquidez corrente	(0,65)	(0,64)

Índice de endividamento (consolidado)

	2019	**2018**
Dívida bruta (a)	555	10.017
Caixa e saldos de bancos (b)	(13.434)	(9.559)
	(12.879)	458
Patrimônio líquido (c)	109.783	28.158
Índice endividamento (caixa) líquido	(0,12)	0,02

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, excluindo derivativos.

(b) Disponibilidade em tesouraria e depósitos em bancos.

(c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Entidade, gerenciados como capital.

29 Transações não envolvendo caixa

Em 1º de dezembro de 2018, foi aprovada a cisão parcial da empresa Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda. com incorporação da parcela cindida pela Positivo Educacional Ltda., referente ao Colégio Internacional, e os valores do acervo líquido incorporado na data da incorporação não envolveram caixa.

30 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Empresa e de suas controladas para cobrir eventuais sinistros em todas as suas unidades, e está apresentada abaixo.

Para sinistros prediais foram considerados os imóveis de propriedade da Positivo Administradora de Bens Ltda.

Ramo	Abrangência	Limite de indenização	Vigência
Riscos patrimoniais	Incêndio, explosão, vendaval, alagamento, danos elétricos e outros.	46.993	01/04/2019 a 01/04/2020

31 Arrendamento mercantil

Arrendamentos como arrendatário - CPC 06(R2)
A Empresa arrenda imóveis. Esses arrendamentos normalmente duram entre 5 a 20 anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados individualmente e de acordo com cada contrato, para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços.

Anteriormente, os arrendamentos de imóveis eram classificados como arrendamentos mercantis operacionais de acordo com o CPC 06(R1).

Os contratos de baixo valor ou de curto prazo enquadrados na isenção da norma representados, substancialmente, por equipamentos de informática e veículos. A empresa arrenda equipamentos com prazos de contrato de um a três anos, mas considerados de baixo valor. A Empresa optou por não reconhecer os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para esses arrendamentos, e nem os contratos cujo prazo é inferior a 12 meses.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Empresa é a arrendatária são apresentadas abaixo:

(i) Ativos de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	94.890	103.081
Aquisição de escolas	-	8.083
Adições	-	611
Amortizações	(8.700)	(10.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	86.190	101.117

(ii) Passivo de arrendamento

Os passivos reconhecidos a partir de 1º de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção conforme apresentado a seguir:

	Taxa média de desconto % a.a.	Vencimento final	Valor presente do passivo	
			Controladora	Consolidado
Imóveis	7,94% a 10,93	31/12/2037	88.776	103.978
			88.776	103.978
Circulante			6.329	7.720
Não circulante			82.447	96.258

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não irculante	Total	Circualante	Não irculante	Total
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	7.210	97.878	105.088	8.400	112.279	120.679
Adições/Baixas	(1.251)	(7.625)	(8.876)	(1.152)	(7.083)	(8.235)
Transferências	7.806	(7.806)	-	8.938	(8.938)	-
Juros apropriados	6.224	-	6.224	7.119	-	7.119
Pagamentos (principal + juros)	(13.660)	-	(13.660)	(15.585)	-	(15.585)
Saldo no final do exercício de 2019	6.329	82.447	88.776	7.720	96.258	103.978

32 Eventos subsequentes

Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) tornou-se uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Criação de diversos Comitês, com participação de diretores e gerentes chaves da Empresa, com propósito de avaliação de ações possíveis para minimizar os impactos trazidos pela pandemia.

- Antecipação das férias (recesso escolar) dos alunos dos colégios ocorrida normalmente no meio do ano.

- Continuidade das aulas dos colégios e cursos através de plataforma remota de ensino com aulas síncronas e assíncronas. Posterior reposição será realizada ao fim do ano letivo.

- Negociações com os principais fornecedores da Empresa e suas controladas, tanto para alinhamento de prazos de valores faturados, quanto para negociação de valores devidos futuros.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 927, publicada em 20 de março de 2020, tais como: prorrogação de prazo de compensação de banco de horas e postergação de pagamento de FGTS.

- Utilizar os benefícios trazidos pela Medida Provisória 936, publicada em 01 de abril de 2020, tais como: redução de remuneração e carga horária trabalhada; suspensão de temporária de contratos com alguns colaboradores ou através de futuras medidas publicadas pelo Governo para minimizar os impactos da pandemia.

- Postergação de recolhimentos de tributos tais como PIS e COFINS (Instrução Normativa 1.932 de 2020) e INSS patronal (Portaria 139 e 150 de 2020).

- Análise de possível captação junto a bancos públicos e privados, de linhas de crédito liberadas pelo Governo Federal e agências ligadas ao setor com propósito de incentivar as companhias afetadas pela pandemia.